

**Discussion
Paper**

ESPM

v. 6, n. 2, 2018

Prof. Gunther Rudzit

Prof. Fausto Godoy

Prof. Otto Nogami



**GUERRA COMERCIAL EUA-CHINA:
AMEAÇA OU REALIDADE?**

Discussion
Paper |

ESPM

ISSN: 2448-0932

Corpo Editorial

Dalton Pastore
Presidente

Alexandre Gracioso
Vice-presidente acadêmico e de graduação

Elisabeth Dau Corrêa
Vice-presidente administrativo-financeira

Flávia Flamínio
Diretora nacional de operações acadêmicas

Luiz Fernando Dabul Garcia
Diretor nacional de educação continuada

Conselho Editorial

Carlos Frederico Lucio

Cristina Helena Pinto de Mello

Denise Fabretti

Fabio Mariano Borges

Ismael Rocha

João Osvaldo Schiavon Matta

Luiz Fernando Dabul Garcia

Pedro Luiz Ribeiro de Santi

Leonardo Nelmi Trevisan
(Edição de texto)

Matheus Matsuda Marangoni
(Edição de arte)

Fernando Matijewitsch
(Gerência de edição)

Publicação trimestral, em formato eletrônico, o Discussion Paper ESPM reúne artigos, notícias de pesquisas, resenhas, traduções ou entrevistas oriundas de debate temático.

O objetivo é incentivar a discussão de assuntos, atinentes ou complementares, ao conteúdo curricular de disciplinas da área de Ciências Sociais Aplicadas.

O perfil deste periódico oferece espaço de publicação da produção docente, incluindo procedimentos de pesquisa, em diferentes formatos.

O Discussion Paper ESPM busca também ampliar repertório e capacidade de análise do corpo discente, pois, a iniciativa procura, especialmente, a participação do aluno nos debates geradores de cada número.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A submissão de trabalhos deverá ser feita através do endereço eletrônico do periódico. O Processo de Avaliação pelos Pares consiste nas seguintes etapas: o artigo original será analisado por dois integrantes do Conselho Editorial para verificar se cumpre com os requisitos temáticos e metodológicos e definir a área epistemológica de avaliação a ser direcionada. Em seguida, o artigo será enviado a pares de avaliadores externos, preservando o anonimato dos autores, que não compareceram ao debate gerador do respectivo Discussion Paper. Os avaliadores externos procederão de acordo com os critérios: 1. Publicar sem alterações; 2. Publicar com pequenas alterações, efetuadas pelos avaliadores; 3. Retornar ao autor com orientações de correções a serem efetuadas, podendo ser publicado posteriormente; 4. Retornar ao autor com a reprovação do artigo, sem publicação posterior. Mais informações em: <http://discussionpaper.espm.br/>.

Apresentação do debate 5

Somente uma guerra comercial? 6

Gunther Rudzit

Para onde vai a China de Xi Jinping? 11

Fausto Godoy

Século XXI: Início da Desglobalização? 17

Otto Nogami



APRESENTAÇÃO DO DEBATE

As palavras do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, o brasileiro Roberto Azevedo, não deixam dúvidas: a “dramática escalada de restrições comerciais” terá impacto nas projeções de crescimento do comércio global. As palavras de Azevedo, de 13/04/2018, registradas pela mídia, chegaram acompanhadas da revisão das projeções da entidade para a expansão do comércio mundial de 2018 para apenas 4,4%. No ano anterior, a troca de bens e serviços internacional alcançou crescimento de 4,7%.

É preciso ter presente que a mudança de expectativas da OMC ainda não incluiu o ambiente de “quase guerra comercial” entre EUA e China, os dois primeiros PIBs do mundo. Bem como as duas maiores economias “conectadas”. Vale lembrar que em 2017, a China era o maior exportador de mercadorias, totalizando US\$ 2,2 trilhões e os EUA o maior importador, US\$ 2,4 trilhões.

A expansão do comércio mundial de 4,7% em volume de 2017 foi a mais alta em seis anos. Porém, quando medido em dólar, a expansão em valor foi ainda maior nesse ano: de 10,7% para exportação de mercadorias e de 7,5% para a venda de serviços comerciais, refletindo significativo aumento tanto no volume comercializado como na alta de preços. Aliás, como mostram os dados da OMC, em 2017 todas as regiões do mundo aumentaram as vendas externas.

A reversão dessas expectativas, com ameaça de uma guerra comercial entre os dois maiores players do mercado, não é conveniente a ninguém. A OMC insiste, também, que o agravamento de tensões geopolíticas pode desacelerar fluxos comerciais. Essa complexa realidade é o tema do Discussion Paper número 25.

O tema deste Discussion Paper, “Guerra Comercial EUA-China: ameaça ou realidade?”, será tratado por três especialistas. Os professores da ESPM, **Gunther Rudzit** com o paper “Somente uma guerra comercial?” e o professor **Fausto Godoy** “com o texto “Para onde vai a China de Xi Jinping?” discutem a readequação da ideia de comércio frente à nova visão de mundo tanto em Washington como em Pequim. O terceiro paper do professor da FEA-USP de Ribeirão Preto, **Otto Nogami**, “Século XXI: início da desglobalização”, analisa interdependência e processo de crescimento.

Boa leitura!



SOMENTE UMA GUERRA COMERCIAL?

Gunther Rudzit

**Discussion
Paper** |

ESPM

que muitos analistas julgavam ser retóricas de campanha e que nunca seriam aplicadas, começaram a ser implementadas. O governo do presidente Donald Trump anunciou a imposição de sobretaxas a produtos chineses que devem chegar ao redor de \$50 bilhões. E o que todos temiam começa a se delinear, uma guerra comercial com o anúncio da retaliação por parte de Pequim a produtos americanos.

Contudo, esta ação é somente a ponta do iceberg de um enfrentamento maior, na realidade toda a ordem internacional liberal-democrática estabelecida no pós segunda guerra mundial está em risco, como alguns, já vem discutindo.

Robert Cohen do New York Times já disse que forças de desintegração estão em marcha e que os fundamentos do mundo pós-guerra estão tremendo. O Fórum Econômico Mundial lançou um documento em abril de 2016 no qual ressaltava que a ordem liberal estava sendo desafiada por governos autoritários e movimentos anti-liberais. Líderes e movimentos com estas características podem ser encontrados na China, Rússia, Índia, Turquia, Egito, Venezuela, vários países africanos, e mesmo na própria Europa, como Polônia e Hungria.

Como o peso relativo da China cresceu muito nas últimas décadas na política mundial, ações ou mudanças que lá acontecem têm repercussões muito grande. É neste contexto que a alteração na constituição chinesa garantindo reeleições indefinidas para o presidente do país não é um evento único e muito menos trivial. Qualquer que seja o futuro da política chinesa, o precedente de manutenção de uma única pessoa no poder indefinidamente, abre espaço para que justamente líderes e movimentos autoritários tenham alguma forma de respaldo político, até mesmo porque não houve reação para contestá-la por parte dos países ocidentais.

Já em termos da Segurança tradicional, o governo da RPC tem gerado apreensões em vários governos. Em 2003 Pequim começou a usar o termo “Ascensão Pacífica e Harmoniosa” para sua política externa, mas a partir de 2005 ela foi substituída por “Desenvolvimento Pacífico”. Tanto em um como no outro conceito, o princípio de não uso da força contra outros países estava presente (mas deixava espaço para uma ação contra Taiwan), e que o desenvolvimento econômico dependia da paz e vice e versa. Contudo, no início desta década, o governo chinês vem tomando ações no Mar do Sul da China que vão em sentido contrário a tais princípios.

Com a defesa de que seu mar territorial, e, portanto, sua Zona Econômica Exclusiva, eram baseados na “linha de nove traços” fundada no princípio de exploração histórica desta

região por chineses, o governo de Pequim vem tomando decisões que tem provocado vários de seus vizinhos. Tal postura tem colocado a RPC em confronto com Brunei, Filipinas, Malásia e Vietnã, tanto pela exploração de poços petrolíferos quanto pela criação de ilhas artificiais, principalmente nas ilhas e recifes das regiões de Paracel e Spratly. Tais ações vão contra a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), sendo que até mesmo a Corte Internacional de Justiça em Haia já se posicionou contra a reivindicação chinesa. Mesmo assim, a resposta da RPC tem sido de que não reconhece tal decisão, apesar de ser parte da UNCLOS, levantando o debate se ainda se poderia falar da política de Desenvolvimento Pacífico.

Esta postura chinesa teve maior repercussão na região após a ação russa na Criméia. Em março de 2014 houve a anexação da Criméia por parte da Rússia, que alegou que estava somente aceitando uma decisão tomada pela própria população local. Esta anexação territorial foi condenada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, mas não gerou nenhuma reação mais forte por parte do ocidente, principalmente por parte dos Estados Unidos. Tal postura gerou profunda apreensão na Ásia por parte dos aliados norte-americanos, que passaram a questionar o compromisso deste país com a segurança deles, levando o então presidente Barack Obama a fazer um tour diplomático pela região para dissipar tais preocupações em abril do mesmo ano.

Estas são as ações que mais têm chamado a atenção sobre a contestação da Ordem Internacional Liberal por parte da China, mas que não têm atraído tanta a atenção do mundo corporativo. Muito pelo contrário, em janeiro de 2017, na primeira aparição de um líder chinês no Fórum Econômico Mundial em Davos, um pouco antes da posse de Donald Trump, Xi Jinping fez uma forte defesa do livre comércio e da globalização, recebendo muito apoio dos participantes e manchetes na imprensa internacional que o chamaram de o novo líder do livre comércio.

Contudo, é necessária uma análise um pouco mais profunda sobre as reais atitudes chinesas diante do comércio internacional. Em janeiro de 2018 o United States Trade Representative, órgão do governo norte-americano responsável pelo comércio internacional, apresentou um relatório anual obrigatório ao congresso sobre as práticas de conformidade da China com as regras da Organização Mundial do Comércio. Neste relatório, aceito por membros dos dois partidos, assim como pelas comunidades acadêmicas e empresariais, há uma lista de ações que infringem regras que Pequim havia se comprometido a cumprir quando foi aceita na Organização em 2001. Dentre estas, destacam-se políticas e práticas intervencionistas destinadas a limitar o acesso ao mercado de bens e serviços importados e a fabricantes e prestadores de serviços

estrangeiros; as autoridades reguladoras da China não permitem que as empresas norte-americanas tomem suas próprias decisões sobre transferência de tecnologia e atribuição ou licenciamento de direitos de propriedade intelectual, exigindo que empresas estrangeiras transfiram tecnologia como condição para garantir investimentos ou outras aprovações; a China está determinada a manter o papel de liderança do Estado na economia e continuar a buscar políticas industriais que promovam, orientem e apoiem as indústrias domésticas, ao mesmo tempo em que busca impedir, desfavorecer e prejudicar suas contrapartes estrangeiras, embora essa abordagem seja contrária aos princípios de livre comércio dos acordos da OMC; e que muitas das ferramentas políticas usadas pelo governo chinês são inéditas, e incluem uma ampla gama de intervenções a apoio estatal para promover o desenvolvimento da indústria chinesa, em grande parte restringindo, levando vantagem de discriminar ou criar vantagens para empresas estrangeiras e suas tecnologias, produtos ou serviços. Isto sem citar a espionagem industrial que Pequim vem desenvolvendo há no mínimo duas décadas, que já foi denunciado pelos órgãos de inteligência dos Estados Unidos.

Diante destas ações e políticas por parte de Pequim, fica claro que outros governos precisam avaliar suas posturas em termos de política externa ou mesmo de atração de investimentos. No caso do Brasil, esta situação é mais premente. Diante da dependência das nossas exportações de commodities para o mercado chinês, e de que hoje este país é o maior parceiro comercial do país, muitas políticas foram implementadas para reforçar esses laços. Com a crise que nossa economia mergulhou a partir do final de 2014, essa dependência só cresceu, principalmente em investimentos em infraestrutura. O que não se percebe, é que, seguindo esta linha, indiretamente o Brasil está apoiando este questionamento à Ordem Liberal.

Os problemas que as empresas americanas estão passando, são os mesmos que as brasileiras enfrentam, ou enfrentarão ao se instalarem por lá. Mesmo que não venham a enfrentar diretamente estes problemas, tais políticas podem ou poderão ser praticadas por outros governos, nos quais a presença brasileira seja maior. Já em território nacional, as empresas chinesas que aqui investem, muitas estatais, não podem ser entendidas como sendo empresas que visam o lucro. Mesmo as privadas sempre têm uma ligação com o governo chinês, e, portanto, sempre agirão em nome do interesse deste, o que pode colocar Brasília em situação complicada econômica e politicamente falando, se as tensões entre chineses e americanos crescer. Uma probabilidade não desprezível.

Por isto mesmo, não se pode entender que hoje vivenciamos somente uma guerra comercial entre Washington e Pequim. Na verdade, toda a estrutura liberal-democrática

ocidental está em jogo, e sociedades ocidentais, como a brasileira, têm muito mais a perder se ela vier a ser modificada, do que as não ocidentais.



PARA ONDE VAI A CHINA DE XI JINPING?

Fausto Godoy

**Discussion
Paper**

ESPM

CHINA'S DREAM FOR A CENTURY

It has been China's dream for a century to become the world's leading nation. It's been a dream that combines the ideals of three of China's greatest leaders: Sun Yat-sen, the architect of China's republican revolution, Mao Zedong, the founder of the New China, and Deng Xiaoping, the designer of the Reform and Opening Up of China. The commonality of their struggles is that each aimed to build the Chinese nation into the world's leading nation.

But what does it mean for China to become the world's leading nation? First, it means that China's economy will lead the world. On that basis, it will make China the strongest country in the world. As China rises to the status of a great power in the 21st century, its aim is nothing less than the top – to be the leader of the modern global economy.

Liu Mingfu - "The China Dream"

A visita "surpresa" de três dias a Pequim, que o mandatário norte-coreano, Kim Jong-un, iniciou no último dia 26 de março, deixou patente para grande parte dos analistas o papel que a República Popular da China está sendo chamada a desempenhar no cenário mundial na "era Trump".

É, com efeito, muito esclarecedor o fato de que tenha sido justamente Pequim a capital estrangeira escolhida por Kim para a sua primeira viagem internacional e Xi Jinping o primeiro governante com quem o norte-coreano se encontrou desde que assumiu o poder em 2011. Ainda que descrita como uma "visita não oficial", Kim fez-se acompanhar de um "séquito" de peso, que compreendeu, além de sua esposa, Ri Sol-ju, também Ki Yong-chol, que representou a Coreia do Norte nas Olimpíadas de Inverno na Coreia do Sul, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ri Yong-ho.

Pequim estendeu-lhe o tapete vermelho: Xi ofereceu-lhe um banquete no Grande Salão do Povo, o local mais prestigioso – e simbólico - dentro do protocolo chinês. E foi organizada uma série de encontros dos quais participaram o Primeiro-Ministro, Li Keqiang, o Vice-Presidente Wang Qishan, e Wang Huning, membro do Comitê Permanente do Politburo, que, como se sabe, é muito próximo de Xi Jinping e tem sido um dos principais teóricos da emergência da China como potência global sob o estrito controle do PCC.

A mensagem parece clara: pelo menos de público, a amizade entre os dois países continua firme, apesar da desconformidade de Pequim, sobretudo nestes últimos tempos, com relação à política nuclear de Pyongyang. Mais importante, fortalece como corolário deste encontro “histórico”, perante as lideranças e a opinião pública internacionais, a imagem da China como mediadora privilegiada na complexa questão da península coreana e seus desdobramentos, tanto regionais (principalmente no caso do Japão e da Coreia do Sul), quanto internacionais, mormente à luz do papel errático – para se dizer o menos – de Donald Trump sobre esta – e outras – questões.

Com isto, a República Popular está sendo levada a assumir um papel que até agora ela vinha recusando, qual seja, envolver-se em questões políticas fora de suas fronteiras. Como recordaremos, a partir da Revolução Comunista, de 1949, a RPC entrincheirou-se dentro de si mesma e comprometeu-se apenas com o espraio da ideologia comunista/maoísta. Foi somente após a morte de Mao Zedong, em 1976, e a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, em 1978, com a sua política de abertura da economia, que a China se voltou realmente para o mundo. Naquele momento, entretanto, o foco era estritamente o comércio exterior.

Foi no período de 1990 a 2012, tanto na época da chamada “terceira geração de líderes” – Jiang Zemin (Presidente da República), Li Peng (Primeiro-Ministro) e Zhu Rongji (Vice-Primeiro Ministro, Encarregado das Reformas Econômicas), – de 1990 a 2003, quanto no da “quarta geração” – Hu Jintao (Presidente de República) e Wen Jiabao (Primeiro-Ministro) –, de 2003 a 2012, que a República Popular concentrou-se na efetivação do projeto de consolidar a “economia socialista de mercado” idealizada por Deng. A concretização deste modelo foi incumbida não mais um único líder, mas a um colegiado de tecnocratas, com Jiang como “primus inter pares”. Como resultado do processo de internacionalização do comércio embutido nesse projeto, a China tornou-se a principal potência exportadora do planeta.

Entretanto, a ênfase dada ao desenvolvimento econômico e à desconstrução - ainda que mantendo a retórica oficial - do maoísmo “hard”, levou a cúpula a negligenciar a corrupção que grassava entre os quadros do PCC, sobretudo nas esferas das empresas estatais e da burocracia provincial. Para os críticos desse sistema colegiado, a pulverização do poder decisório e o perfil “técnico” dos ocupantes dos mais altos cargos — engenheiros, na maioria — foram os responsáveis por várias mazelas que a China sofreu nos últimos tempos: focados em dar prosseguimento à política de Deng de consolidação do “socialismo com características chinesas”, eles teriam “fechado os olhos” para o que estava ocorrendo nos quadros do Partido.

Foi a conscientização da ameaça que este cenário representava para a ordem institucional que levou o 18º Congresso do Partido Comunista Chinês/PCC a eleger em 08 de novembro de 2012, Xi Jinping como seu Secretário-Geral e Presidente da República, cargos que ele assumiu em 14 de março de 2013. Encerrava-se o capítulo em que o poder máximo era compartilhado, e voltava a China ao padrão de liderança unipessoal que tem caracterizado sua História.

O novo mandatário tem uma biografia muito peculiar: ele é filho de Xi Zhongxun, companheiro de Mao na “Grande Marcha” e membro graduado do PCC, que convenceu Deng, no início do processo de abertura da economia, em 1979, a oferecer a área de Guandong (Cantão), limítrofe a Hong Kong e Macau - então colônias do Reino Unido e de Portugal, respectivamente - para os investimentos estrangeiros, com isto dando início ao projeto de criação das “zonas econômicas especiais” que catapultaram a China à liderança que ela hoje ocupa na esfera do comércio internacional.

Como seu pai, Xi sofreu perseguições no período da Revolução Cultural, tendo sido enviado, ainda jovem, para trabalhar num vilarejo agrícola no noroeste da China (de onde fugiu, aliás, para Pequim). Galgou, após, vários cargos nas administrações provinciais e na cúpula de Pequim, que o alavancaram para o mandato para o qual o PCC o elegeu. Ele é defensor ferrenho dos valores do Partido e da moralização dos seus quadros. Neste propósito, ele tem focado de forma aguerrida o combate à corrupção (que seus críticos qualificam, aliás, de “seletivo” e de “caça” aos seus oponentes). Doutor em Direito pela Universidade Tsinghua, de Pequim, e casado com uma cantora de música pop/folk famosa, Peng Liyuan, Xi é um homem “moderno” e antenado com as grandes correntes da economia e política internacionais. Com muito maior desenvoltura que seus predecessores imediatos, ele tem o carisma que o Partido e a população chinesa julgam importantes para o cargo que ocupa.

Com este perfil e esta biografia, aos poucos Xi foi consolidando seu espaço no jogo de poder intrapartidário. Nesse contexto, a sua reeleição, pelo 19º Congresso do PCC, em outubro do ano passado, para mais um quinquênio, não causou estranheza nem a seu mais ferrenho opositor. E já era possível prever, ademais, alguns desdobramentos dessa sessão plenária, entre eles, o de se suprimir a norma inscrita na Constituição de 1982 que limitava o exercício do cargo de presidente a dois mandatos de cinco anos. E foi exatamente isto o que o Comitê Central do partido decidiu no dia 25 de fevereiro último. Presidente vitalício, com poderes similares a somente Mao Zedong? Para onde vai a China de Xi Jinping?

Xi apoia firmemente os preceitos defendidos por Liu Mingfu, professor da Universidade de Defesa Nacional e coronel da reserva do Exército de Libertação Popular, que, no seu livro “O Sonho da China” (“The China Dream”) afirmou que “a China será a maior economia do planeta e a nação líder do século XXI”. Ele repete este conceito amiúde nos seus discursos - quase como um mantra - a exemplo do que proferiu perante o 18º Congresso do PCC, em novembro passado, quando foi reeleito para o segundo mandato. Ali, Xi mencionou o “China Dream” em dezenove momentos da sua fala...

Com este roteiro em mente, e no esforço de integrar o país ao contexto mundial, foram incorporados temas na agenda de Pequim que eram “estranhos” às lideranças anteriores: no “Fórum Econômico Mundial”, de Davos, em 2017, Xi revelou-se um enfático defensor do processo de globalização: no seu discurso - “Jointly Shoulder Responsibility of Our Times, Promote Global Growth”- ele manifestou firmeza contra as medidas protecionistas que se espraiam pelo mundo afora na “era Trump”. Anteriormente, na reunião da COP-21, de Paris, em 2015, ele já se mostrara um empenhado defensor da redução das emissões de gás de efeito estufa (cabe recordar que a China é o maior poluidor do planeta). São temas, como se sabe, que implicam decisões complexas para seu governo, mas que, equacionados, elevariam a RPC a outro patamar no contexto internacional.

Xi tem ambições maiores: ele quer mudar o perfil de desenvolvimento da RPC. Para isto, sob suas diretrizes, foi dado impulso à consolidação de projetos grandiosos; entre eles o “Made in China 2025”, que definiu cerca de dez setores de tecnologia de ponta como prioritários para os investimentos governamentais. Sobre eles a China se debruçará nos próximos anos; ou seja, sua economia irá abandonar decididamente, ainda que de forma paulatina, a fase dos produtos de baixo conteúdo tecnológico, transferindo para seus vizinhos menos desenvolvidos a produção — e a comercialização — das mercadorias que alavancaram o seu protagonismo no cenário econômico-comercial mundial nestas últimas décadas. A China aspira assumir, portanto, a liderança também nas áreas do futuro. De maneira ainda mais ambiciosa, Xi foi anfitrião, em Pequim, em maio do ano passado, de uma reunião de líderes mundiais, aos quais ele apresentou o seu projeto “One Belt, One Road” - a “Nova Rota da Seda” -, plano estratégico que pretende reconstituir a que foi a maior via de comércio da humanidade. O seu traçado recomporia as vertentes terrestres e marítimas da antiga rota, unindo as economias da Eurásia e da África e, tentativamente, da América do Sul. O financiamento viria dos trilhões de dólares das reservas mantidas nos cofres da República Popular da China.

Porém, no afã de realizar estes propósitos a China deverá enfrentar desafios da magnitude de seu território... e da sua ambição! Para nomear apenas alguns, ela terá de: 1)

reconciliar o envelhecimento da população com os efeitos complexos da política de “um só filho” que adotou na década de 70 do século passado (modificada recentemente para “dois filhos”), a qual criou um vácuo geracional profundo. Ou seja, estariam os reduzidos “millenials” preparados, ou dispostos, a assumir os ônus de sustentar uma crescente população de idosos? 2) combater a poluição e as diversas agressões ao meio-ambiente que o inchaço das suas cidades já está acarretando, e assim cumprir os compromissos assumidos na COP de Paris, por exemplo; 3) equacionar a questão do êxodo da população rural que invade suas megalópoles com uma qualidade de vida razoável para todos; 4) na esfera regional, gerenciar as suspeitas e a animosidade dos vizinhos que o seu crescente protagonismo no cenário mundial já desperta (do que é exemplo o litígio sobre as ilhas do Mar do Sul da China); e 5) num espectro ainda mais amplo, acalmar os ânimos dos americanos de Donald Trump que vêm com crescentes suspeitas e acrimônia a emergência da RPC e desencadeiam uma “guerra comercial” de desfecho imprevisível.

Desafios reais, a meu ver, que requerem um alto grau de coesão da cúpula de Pequim, e o consentimento dos chineses para as iniciativas nem sempre “populares” que o governo será levado a tomar (ou lidar com...). A resposta – provisória -, a meu ver, reside num preceito civilizacional muito antigo na China: o “Mandato do Céu”, teoria desenvolvida na dinastia Zhou (1046-256 a.C.), de base confucionista, segundo a qual o povo delega ao seu líder (Imperador, ou mandatário, modernamente falando), o poder de governá-lo, condicionado, porém, a que ele demonstre ser virtuoso e corresponda aos anseios da população. Caso contrário, ele será destituído. Esta tem sido a história plurimilenar da China, e esta teoria perdura até hoje. Traduzindo: Xi - e o Partido Comunista Chinês – contam, hoje, com o respaldo da sociedade chinesa para governar a RPC “à sua maneira”, o que é perceptível para os que conhecem bem o país. Com efeito, apesar das críticas, sobretudo do lado do Ocidente, a grande maioria da população está feliz com a qualidade de vida que ora desfruta. E o governo assumiu, por sua vez, o compromisso de erradicar a pobreza no país dentro do prazo de trinta anos, o que não é pequeno feito para uma população que beira os 1,4 milhão! Conseguirá? Até quando manterá o “Mandato do Céu”? Resposta reservada para o futuro.

E assim caminha a China de Xi Jinping...



SÉCULO XXI: INICIO DA DESGLOBALIZAÇÃO?

Otto Nogami

**Discussion
Paper**

ESPM

Olhar apenas para um lado da moeda. Esta tem sido a característica dos governantes nos últimos anos. Preocupados apenas com discursos pontuais, tendo vista um processo eleitoral, a necessidade de melhorar seu índice de aprovação junto a população, ou eventualmente para mostrar sua “força”. E, assustadoramente, fora de um contexto mais amplo e de longo prazo como eram os planos nacionais de desenvolvimento, tal como a China, nos dias de hoje, faz. Tudo o que é dito e feito, nesse país, se encaixa em um projeto de 20 anos, periodicamente revisto para se adequar as novas circunstâncias.

Recentemente, o governo norte-americano criou uma sobretaxa de 25% ao aço importado e de 10% para o alumínio, alegando que era uma medida para proteger a segurança nacional, decisão que veio no cumprimento das promessas de campanha para a presidência. Sem dúvida uma medida intempestiva que, aparentemente, não tinha por trás nenhuma análise prévia do que a medida poderia significar e sua repercussão dentro de um cenário mais amplo. Mirava-se simplesmente a China, com quem os EUA possuem um déficit comercial da ordem de US\$ 800 bilhões. Mas esqueceram-se de que, com relação a medida tomada, a sua dimensão era muito mais ampla do que poderia se imaginar, em especial com outros tradicionais parceiros, engajados em uma matriz bastante complexa.

Como, por exemplo, é o caso do Brasil. Tanto que, poucos dias depois, o próprio governo americano esclareceu que abriria exceção para o Brasil, tradicional e segundo maior exportador de aço semiacabado para os EUA, onde é transformado em laminado e depois vendido para a indústria para a produção de bens finais. Esta exceção se deve ao fato de que essa condição exportadora de nosso país depende da importação de carvão metalúrgico dos EUA (somos o segundo maior comprador). Desta forma, sobretaxando o aço semiacabado brasileiro, cessaríamos a importação do carvão metalúrgico, afetando a produção local e podendo gerar desemprego em torno da atividade nos EUA. Estima-se uma redução de quase 10 mil empregos nos portos, minas e nos clientes que compram o aço das siderurgias norte americanas, em decorrência dessa decisão do governo dos EUA.

E com relação específica a China. Cria-se uma sobretaxa para proteger as siderúrgicas dos EUA que, por sinal, estão defasadas tecnologicamente em função de bloqueios impostos a importação décadas atrás. Em contrapartida, o governo chinês impõe novas tarifas sobre 128 produtos norte americanos, principalmente certos tipos de frutas e carne de porco, ficando de fora, por enquanto, produtos mais representativos nessa relação comercial como é a soja. Resumindo, as siderúrgicas norte americanas, por

conta dessa defasagem tecnológica, com a sobretaxa, tornarão o produto mais caro dentro do país, o que poderá fazer com que os preços dos bens duráveis aumentem ao longo do tempo.

E a retaliação do governo chinês sobretaxando produtos norte americanos repercutirá sobre o setor agropecuário dos EUA que não terá como desovar a sua produção, gerando estoques excessivos e, inevitável, desemprego. E, somando-se este desemprego com as eventualmente geradas junto as minas de carvão, portos e indústrias poderão se transformar em um problema maior pois envolverá um contingente de mão de obra não qualificada, de difícil absorção pelo mercado de trabalho, podendo agravar o nível de desemprego. Curiosamente, a própria medida protecionista visa proteger o mercado de trabalho dos EUA.

Isto posto, como essa decisão do governo norte-americano poderá repercutir sobre a economia brasileira? Excluindo-se a questão do aço, cuja solução já está a caminho, a questão da sobretaxação sobre produtos norte americanos poderá trazer alguns benefícios ao agronegócio brasileiro. A medida que a China pare de importar soja dos EUA, por exemplo, abre-se um amplo caminho para a produção brasileira que, no ano passado, não conseguiu desovar toda a sua produção, ficando parte dela estocada no campo. A suinocultura poderá se beneficiar compensando os problemas que o produto tem encontrado na relação comercial com a Rússia.

Este acontecimento mostra, portanto, que cada vez mais a interdependência entre as mais diferentes economias é que permite o processo de crescimento e desenvolvimento das economias de forma sustentável. Nesse sentido, como algumas correntes do pensamento econômico defendem, a interferência dos governos nessas relações de mercado, que costumam de ajustar de forma natural, sempre criarão desequilíbrios de alguma ordem. Adam Smith, reconhecidamente o pai do liberalismo econômico, já no século XVIII defendia que a iniciativa privada deveria sempre agir de forma livre, com pouca ou nenhuma interferência governamental.

**Discussion
Paper**



ESPM

v. 6, n. 2, 2018